



Araripe sitiado: o avanço do capital na Chapada do Araripe

Araripe under siege: the advance of capital in the Chapada do Araripe

Francisco Wlirian Nobre ¹ 

Cassio Expedito Galdino Pereira ² 

Ivan Targino Moreira ³ 

Resumo

Procurou-se, com este artigo, discutir o processo de mercadorização e controle da natureza na Chapada do Araripe pelo capital que vai sitiando os seus bens naturais como a água, o solo, a paisagem, a vegetação e o vento. Com um olhar histórico-materialista, realizamos uma análise qualitativa com o apoio de alguns dados quantitativos, observando criticamente os fenômenos pesquisados. Priorizamos os processos e não simplesmente a busca por dados objetivos, e constatamos que o capital imbricado com as políticas estatais está enredado em diferentes escalas e se manifesta em diversas formas nos territórios da Chapada do Araripe, gerando um grande número de conflitos com as populações locais. A Chapada do Araripe é uma expressiva formação geológica que abarca três estados nordestinos: Ceará, Pernambuco e Piauí. Através de análise empírica, constatamos que a ofensiva política e ideológica do processo de mercadorização e privatização da natureza se materializa em grandes obras de infraestrutura hídrica, como o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), e de transporte como a Ferrovia Transnordestina; na apropriação privada do vento por empresas geradores de energias; na expansão das monoculturas agrícolas em grandes extensões de terras para o cultivo, por exemplo, da banana; no monopólio do solo urbano através dos grandes condomínios e loteamentos urbanos, especialmente na encosta da Chapada; e na apropriação privada da paisagem por empreendimentos turísticos.

Palavras-chave: mercadorização; controle da natureza; capitalismo.

Abstract

The objective of this work is to discuss the process of commodification and nature control in Chapada do Araripe by the capital that is besieging its natural assets such as water, soil, landscape, vegetation and wind. Within a historical-materialist perspective, we performed a qualitative analysis with the support of some quantitative data, critically observing the

¹ Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). Barbalha, CE, Brasil.
E-mail: lirobre@yahoo.com

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, PE, Brasil. E-mail: cassio.expedito@gmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

researched phenomena. We prioritize the processes and not simply the search for objective data, and we found that the capital intertwined with state policies is entangled at different scales, and it seems to be in different ways in Chapada do Araripe territories, which generates a large number of conflicts with the local populations. Chapada do Araripe is an expressive geological formation that is extended throughout three northeastern states: Ceará, Pernambuco and Piauí. By performing an empirical analysis, we verified that the political and ideological offensive of commodification and privatization process of nature focuses in large water infrastructure constructions, such as the Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) and the Cinturão das Águas do Ceará (CAC), as well as the transportation like the Ferrovia Transnordestina; on the private appropriation of wind by power generation companies; on the expansion of agricultural monocultures over large land tracts for growing, for example, banana's cultivation; on the monopoly of urban land through large condominiums and urban subdivisions, especially on the slopes of the Chapada; and on the private appropriation of the landscape by tourism enterprises.

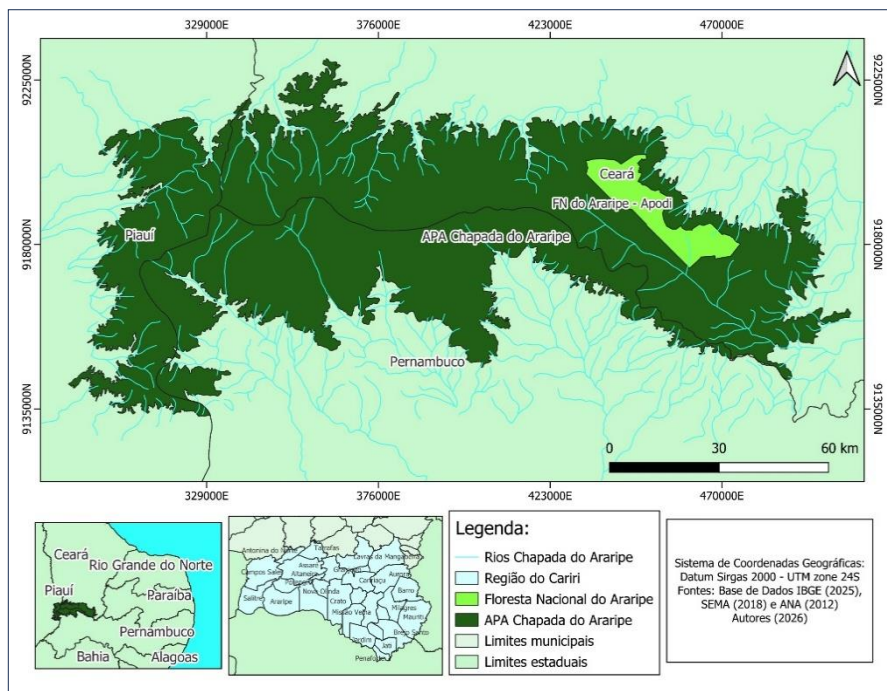
Keywords: commodification; nature control; capitalism.

Introdução

Diante da crise estrutural do capital aprofundada nas últimas décadas, as saídas apontadas pelo sistema capitalista quase sempre têm se direcionado para o avanço do capital especulativo e produtivo para regiões com reserva de bens naturais que possam ser mercadorizados e controlados (Harvey, 2016). Como consequência, territórios que possuem água, solo, vegetação, vento e outros elementos naturais em quantidades relativamente abundantes se tornaram atrativos para poderosos grupos econômicos capitalistas que veem nesses elementos uma possibilidade de mercadorização e controle desses bens naturais. Tais fatos são impulsionados pelas transformações na ordem do sistema capitalista pós-1980, intensificando a retórica do neoliberalismo e, consequentemente, impulsionando grandes corporações na América Latina para atividades extrativistas, adotando estratégias de ‘governança territorial’ (Acselrad, 2020).

É o que vem ocorrendo na Chapada do Araripe (Mapa 1), um platô com altitude média de 800 metros que domina a paisagem na região do Cariri, ao sul do estado do Ceará, limitando-se com os estados do Pernambuco e Piauí. A Chapada do Araripe é uma expressiva formação geológica que abarca, no sentido leste-oeste, uma área de aproximadamente 180 quilômetros de comprimento com largura variável entre 30 e 80 quilômetros (Menezes, 2007).

Mapa 1 – Localização da Chapada do Araripe



Fonte: autores, 2026.

No topo da Chapada do Araripe, as chuvas que caem se infiltram em camadas de arenitos permeáveis até alcançarem uma formação impermeável, com leve inclinação para o lado do Ceará. É esse processo que determina toda a rica biodiversidade da chapada se manifestando na ocorrência de 293 fontes de águas cristalinas, somente no lado cearense, sob uma mata úmida com traços da Mata Atlântica.

São essas características naturais que atraem o interesse do capital para explorar a região. Desta forma, procurou-se, com este artigo, discutir o processo de mercadorização e controle da natureza da Chapada do Araripe pelo capital que vai sitiando os bens naturais como a água, o solo, a vegetação e o vento. Com inspiração nas reflexões de Marx (1985) sobre o caráter de fetiche que a mercadoria provoca no metabolismo natural e social, buscou-se evidenciar a expansão do processo de incremento da natureza na lógica capitalista que vai, aos poucos, cercando os bens naturais da Chapada do Araripe.

Para entender esse caminho de inserção do capital na Chapada do Araripe, é necessário destacar os principais setores econômicos que vão se apropriando, privadamente, dos elementos naturais. É o caso do agronegócio que expolia as terras agrícolas e suga as águas superficiais e subterrâneas; do turismo de massa através do

consumo capitalista da paisagem; da especulação imobiliária pelo controle do solo urbano com ocupação da encosta da chapada; das grandes obras de infraestrutura hídrica e de transporte que provocam uma devastação ecológica; e dos grandes empreendimentos de geração de energia que buscam monopolizar elementos naturais intangíveis como o vento.

A hipótese deste artigo defende que existe uma política de cercamento da natureza implementada pelo capital que se materializa em grandes obras de infraestruturas hídricas como o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e de transporte como a ferrovia Transnordestina; na apropriação privada do vento por empresas geradores de energias; na expansão das monoculturas agrícolas em grandes extensões de terras com o cultivo, por exemplo, da banana; no monopólio do solo urbano através dos grandes condomínios e loteamentos urbanos, especialmente na encosta da chapada; e, na apropriação privada da paisagem por empreendimentos turísticos.

Os investimentos estatais em diversos setores da economia, a territorialização de empresas capitalistas e a ampliação da exploração da natureza não são fenômenos distintos. São processos próprios da existência histórica do sistema do capital, como afirma Harvey (2005). Na Chapada do Araripe, esses processos promovem o sequestro de água dos aquíferos, a destruição das fontes de água pelo setor imobiliário e de lazer, o desmatamento das matas, a urbanização em áreas que deveriam ser preservadas e a abertura de rodovias, ferrovias e canais de transposições de água.

A devastação das matas, a disputa por solo e o aumento da demanda por água vêm provocando conflitos territoriais em diversos territórios tradicionais e camponeses que vivem em sintropia com a natureza da Chapada do Araripe. Tais conflitos são inerentes ao avanço expansionista de reprodução do capital que promove uma espoliação da natureza afetando dramaticamente as limitações naturais locais.

Os conflitos territoriais constituem, portanto, a manifestação inicial das contradições inerentes ao capital, que se materializam à medida que este avança sobre novos territórios. Impulsionados pela possibilidade de monopolizar determinados setores da economia, o capital avança na região sul do estado do Ceará, evidenciando o funcionamento do modo capitalista de produção como uma poderosa força de transformação, legitimada por um Estado sempre subserviente aos seus interesses. No entanto, como Acsehrad (2020) argumenta, esses conflitos são despolitizados de modo a

favorecer a liberalização das ações empresariais e a expansão de seus interesses econômicos. Acatamos, assim, a noção teórico-política de conflito territorial de modo a compreender a vinculação histórico-territorial da sociedade com a natureza e os processos que levam a sua apropriação privada capitalista. No nosso entendimento, frações da Chapada do Araripe vêm se constituindo em novos territórios de apropriação privada capitalista da natureza, onde os conflitos territoriais emergem nos vales dos principais rios, nas margens dos canais de transposições, na encosta da chapada, nas áreas de fontes de água ou no vale fértil do Araripe.

A presença de novos personagens representantes do capital e de novos agentes produtores do espaço implica em formas diferenciadas de disputa pelo controle do solo, da água, do vento, das matas e da paisagem da encosta da chapada. No seu permanente movimento expansivo, o capital vai promovendo seus “ajustes espaciais” (Harvey, 2005) com o intuito de ocupar novas áreas a favor dos seus interesses. Considerando as relações geográficas e/ou políticas de cada território, as barreiras geográficas ou quaisquer outros obstáculos precisam ser superados para que a expansão se materialize com eficiência.

Com um olhar histórico-materialista realizamos uma análise qualitativa com apoio de alguns dados quantitativos observando criticamente os fenômenos pesquisados. Priorizamos os processos e não simplesmente a busca por dados objetivos e constatamos que o capital imbricado com as políticas estatais está enredado em diferentes escalas e se manifesta em diversas formas nos territórios da Chapada do Araripe gerando um grande número de conflitos com as populações locais.

Para alcançar os propósitos colocados, com um olhar histórico-materialista, realizamos uma análise qualitativa com o apoio de alguns dados quantitativos, observando criticamente os fenômenos pesquisados. Para tanto, primeiramente foram feitos levantamentos de dados quantitativos referentes à questão hídrica do Ceará (Ceará, 2026) e levantamentos de bibliografias sobre avanço do capital na Chapada do Araripe. Sobre esse último, pesquisou em repositórios online e livros impressos sobre avanço do agronegócio, utilização da água pelo capital, turismo capitalista, especulação imobiliária e ‘energias limpas’. Após este levantamento, foram feitos trabalho de campo entre os anos de 2021 e 2025 sobre algumas comunidades dos municípios atingidos pelo avanço do capital, sendo Barbalha, Crato, Missão Velha, Salitre, Mauriti e Brejo Santo.

O agro não é pop

No topo, na encosta ou no vale da Chapada do Araripe a produção agrícola realizada em grandes áreas de monocultivos irrigados se expande. Os solos férteis e a presença da água garantem condições para a constituição de elementos novos para apropriação privada da natureza, provocando desdobramentos territoriais que têm impulsionado o processo de controle e mercadorização dos bens naturais.

Essas transformações territoriais expressam as contradições do processo capitalista de produção que impulsionam a diversidade de conflitos, bem elencado por Dantas e Feliciano (2023), que avança para o semiárido nordestino. Tais situações “tem como base de sustentação a apropriação do território” (Dantas, Feliciano, 2023, p. 48), seguindo o projeto nacional, tomando hoje as frações da Chapada do Araripe e já são evidentes em vários municípios do seu entorno.

Na encosta leste da chapada, nos municípios de Barbalha, Missão Velha, Mauriti e Brejo Santo, as condições naturais como solos férteis e água relativamente rasa dos aquíferos têm promovido mudanças no perfil econômico desses municípios através da substituição da policultura de base familiar por monocultivos de fruticultura irrigada. O dinamismo da agricultura familiar tem adquirido aspectos empresariais sendo direcionado cada vez mais para outros mercados do Nordeste, o que tem chamado a atenção de grandes empresas do agronegócio como vem ocorrendo com a produção de banana. Os quatro municípios ocupam uma posição estratégica, com equidistância para as principais capitais do Nordeste (aproximadamente 700 km). A região é cortada pela BR-116 e um conjunto de rodovias com seus estados vizinhos: Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Além desses motivos, a chegada de grandes infraestruturas hídricas (PISF e CAC) e de transporte (Transnordestina) tem promovido profundas transformações territoriais.

Todavia, o grande diferencial dessa área é a água abundante do aquífero Missão Velha⁴ e a disponibilidade de terra fértil. O incremento dessa nova base produtiva abarcando inclusive a agricultura familiar tem estimulado o comércio de máquinas e

⁴ O aquífero Missão Velha se localiza na porção central da Bacia Sedimentar do Araripe, situada na porção Sul do Estado do Ceará. Segundo o DNPM (1996), o aquífero aflora no vale do Cariri cobrindo uma área de 2.830km² e uma espessura média de 295m, armazenando um potencial de 112 milhões de metros cúbicos/ano de água de ótima qualidade, garantindo o abastecimento humano e o desenvolvimento econômico de várias cidades da região do Cariri.

insumos na região, além da qualificação de uma considerável mão de obra local através da expansão de cursos técnicos e graduações relacionadas a este setor produtivo.

Para os produtores e entusiastas da expansão da agricultura irrigada a construção do CAC e do PISF garantem a possibilidade de crescimento do setor. Essa garantia hídrica, embora duvidosa, é sempre postulada como um estoque de água extra que possa amenizar o excesso de perfuração de poços artesianos no aquífero Missão Velha. Trata-se, na verdade, de uma preocupação com os indícios de comprometimento do aquífero Missão Velha.

Entre os municípios que mais expandem este setor, destaca-se Missão Velha, que é cortado pelo CAC no sentido leste-oeste, cruzando os distritos de Jamaru e Missão Nova, locais onde a produção da monocultura de banana tem maior expressividade. Há uma previsão de construção de um terminal multimodal da Ferrovia Transnordestina, ou seja, um porto seco nas proximidades da cachoeira de Missão Velha. Com a abertura da rodovia CE 292, que liga Missão Velha ao Aeroporto de Juazeiro do Norte e a duplicação da rodovia CE 293, interligando-se com a BR-116, Missão Velha pode potencializar sua centralidade na região do Cariri como o principal eixo de produção de monocultura de banana irrigada.

Ocorreu em poucas décadas um aumento na área cultivada e na quantidade produzida de banana que se concentram em duas empresas do agronegócio que polarizam a produção irrigada na região. Em Missão Velha, o aumento na área cultivada pulou de 56 hectares em 1889 para 1.777 hectares, em 2009, um aumento de 3.073%. A quantidade produzida, considerando o mesmo período, cresceu de 67 toneladas para 51.261 toneladas, representando um aumento de 76.408% (Nobre, 2021).

A expansão da produção de monocultura de banana irrigada em Missão Velha começa com a chegada de duas grandes empresas especializadas na produção da fruta: o Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e o Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME. Com cinco unidades de produção, a empresa Sítio Barreiras possui 419,03 hectares de terras em Missão Velha (Nobre, 2021). A empresa começou suas atividades em 1997, quando as primeiras terras foram compradas e arrendadas na região. Hoje, o Sítio Barreiras abastece as principais redes de supermercados da região do Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza. A empresa se constitui como um conglomerado possuindo um grupo de sócios com onze empresas em quatro estados das regiões Norte e Nordeste que se complementam no setor de cultivo, distribuição, comercialização, beneficiamento e aluguel de imóveis e terras (Castro, 2018).

Já a empresa Sítio Paraíso Verde começou suas atividades em 2009 quando áreas de terras planas foram compradas nos limites municipais de Missão Velha e Barbalha. A empresa possui 425,2 hectares produzindo em cinco unidades de produção e quatro núcleos de distribuição em quatro capitais nordestinas: Fortaleza, Teresina, Salvador e São Luiz (Autor 1, 2021). Em 2006, Missão Velha ocupava a 13ª posição no ranking de produção de banana no estado do Ceará; em 2015, passou a ocupar o 1º lugar no ranking do Ceará e o 8º do Brasil. Castro (2018) explica que, considerando o rendimento médio da produção, o município passa a ocupar a primeira posição devido às boas condições naturais que a região oferece.

A consolidação do agronegócio na encosta leste da Chapada do Araripe é fato irrefutável e sua expansão cresce a cada ano. Esse sucesso abre margem para experiências em outras áreas da chapada, é o que vem ocorrendo na porção oeste, no topo da chapada, nos limites entre os estados do Ceará e Pernambuco. Dentro da Área de Preservação Ambiental (APA), no distrito de Dom Leme, Santana do Cariri (CE) e na localidade conhecida como Serra da Perua, Exu (PE), uma área de pelo menos 500 hectares foi desmatada em 2021 para o cultivo de soja e milho. O desmatamento da flora e a perfuração de poços foram concedidos pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), de Pernambuco, para a empresa do setor da Avicultura. A Ovo Novo Express, com sede no município de Caruaru, obteve a licença de operação para produção de ração avícola (Conectas, 2021).

A produção de soja é uma novidade na Chapada do Araripe, não há registro de seu cultivo nos 33 municípios que compõem a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe (CE, PI e PE). A preocupação com o cultivo de uma cultura tipicamente ligada ao agronegócio, motivou diversas organizações, coletivos e entidades defensoras do meio ambiente contra essa atividade. Usando diversos instrumentos jurídicos, além da disputa discursiva, as organizações pressionaram os órgãos competentes e conseguiram suspender temporariamente as atividades ilegais (Carneiro, 2021).

Embora tenha mobilizado a opinião pública e conseguido barrar provisoriamente o desmatamento junto aos órgãos ambientais, as organizações que lutam em defesa da Chapada do Araripe conhecem bem o enorme desafio em manter a floresta em pé. Especuladores, empresários, proprietários agrícolas rondam as terras a todo momento. Compras de terras, pequenos desmatamentos isolados e perfuração de poços profundos

são ações comuns para quem transita pela chapada. A pressão desses grupos representantes do capital atua de modo camuflado, promovendo adequações burocráticas junto aos órgãos públicos.

Não é de causar estranhamento que parte considerável da sociedade defenda a chegada do agronegócio rondando a Chapada do Araripe. Falar do agronegócio é tratar diretamente de um modelo de produção agrícola cuja poderosa campanha publicitária conquistou mentes e corações dos brasileiros (Mitidiero Junior, Goldfarb, 2021). A tentativa de criar consenso social, na verdade, ofusca a enorme dívida ecológica que esse modelo gera com o aumento do desmatamento em regiões de expansão da fronteira agrícola, com invasões de reservas ecológicas e terras indígenas, com o sequestro das águas brasileiras e com o envenenamento promovido pelo uso excessivo de agrotóxicos.

O cercamento das águas

A água e o solo plano e fértil da Chapada do Araripe representam o principal atrativo para o avanço do capital agrícola. O agronegócio depende de terra e água para sua expansão, mas, se as terras produtivas podem ser facilmente apropriadas pelo capital, o mesmo não pode ser dito em relação à água devido a sua configuração física nem sempre visível, pois encontra-se escondida no subsolo. Nesse caso, é o Estado que cumpre um importante papel no processo de apropriação privada das águas do Araripe.

O PISF e o CAC (Fotografia 1) são expressões concretas de como o Estado atua em favor dos interesses do grande capital. Sob o discurso de acabar com a sede da população do semiárido nordestino, essas grandes obras de infraestrutura hídrica foram retiradas do papel e executadas apesar toda justificativa contraditória posicionada pelos movimentos sociais e parte da sociedade civil. Esses grandes empreendimentos hídricos PISF foram concebidos pelo Estado com objetivos de ampliar a segurança hídrica do Nordeste e Ceará. No Cariri, o CAC está cruzando as cabeceiras dos principais rios da região na sub-bacia do Salgado⁵.

⁵ A sub-bacia hidrográfica do rio Salgado possui uma área de drenagem de 12.865 km², correspondendo a 8,25% do território cearense. O seu principal rio é o Salgado que abrange uma extensa parcela da região Sul do Estado, sendo composta por 23 municípios (Ceará, 2026).

Fotografia 1 - População local usando a estrada acessória do CAC, Missão Velha-CE



Fonte: autores, 2022.

Atualmente a obra encontra-se com o seu Trecho 1 em fase de implantação. Os canais abertos, túneis e sifões percorrem 150 km, cruzando 8 municípios da região do Cariri (Autor 1, 2021). O PISF, em fase de conclusão no Eixo Norte, precisará de complementos na Sub-bacia do Salgado, através dos ramais Apodi e do Salgado, para chegar ao Açude Castanhão. Possui no eixo norte 260 km de extensão, com 3 estações de bombeamento, 15 reservatórios, 8 aquedutos e 3 túneis.

Depois de sete anos de atraso, com inúmeros adiamentos, as comportas do Eixo Norte do PISF foram acionadas no dia 26 de junho de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro. Do distrito de Milagres, no município pernambucano de Salgueiro, próximo da divisa com o Ceará, as águas foram liberadas para o Ceará promovendo um novo “(des)caminho das águas” (Autor 1, 2021).

Com o enchimento gradativo da barragem Jati, no município homônimo, no dia 20 de agosto, o fluxo foi liberado para seguir pelo CAC até o município de Missão Velha. Após percorrer 53 km, as águas foram liberadas para o Riacho Seco e de lá seguiram pelos rios Salgado e Jaguaribe até fluir para o Açude Castanhão, seu destino final. No dia primeiro de março de 2021, uma solenidade realizada por órgãos da gestão hídrica marcou a abertura das comportas dos canais para o Riacho Seco; 10 dias depois, as águas chegaram no Açude Castanhão.

Entretanto, há dúvidas sobre o volume de água que efetivamente vai chegar no açude devido às perdas no percurso por infiltração, evaporação ou “roubo/retomada” pelas propriedades situadas nas margens dos rios. Outra questão que tem gerado muita disputa política entre os estados e o Governo Federal é o alto preço da tarifa cobrada pela Agência Nacional das Águas (ANA), além dos próprios custos de operação das estruturas.

O custo de manutenção e serviços de operação do PISF tem gerado intensos debates entre os estados nordestinos e o Governo Federal. Embora sejam defensores da privatização em se tratando de prestação de serviços para a sociedade brasileira, alguns setores da economia, como o agronegócio, olham com desconfiança a proposta de privatização do PISF, uma vez que dependem do Estado para subsidiar água barata para suas atividades lucrativas. A Câmara Setorial do Agronegócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), por exemplo, defende que o Governo Federal possa negociar com os governos estaduais para que as empresas públicas de cada estado possam custear parte da operação do PISF (Quintela, 2020).

Enquanto as comunidades tradicionais ficam cada dia limitadas em suas práticas de uso da água como bem comum, a política de cercamento das águas segue com grandes obras de infraestrutura hídrica sob o comando do Estado, distribuindo concessão de outorgas para acesso a determinados setores da economia restringindo o bem para as populações locais.

Além das obras de transposições de bacias hidrográficas, novas tecnologias foram desenvolvidas para extrair a água de profundidades cada vez maiores, limitando o seu acesso a populações desprovidas de capital. Através de uma linha discursiva de aumento da degradação da água potável, supostamente solucionada pela mediação dos mercados, percebe-se que a racionalidade mercantil vem sendo ditada pelo capital em um contexto de destruir para lucrar. É isto que está em jogo em relação ao processo que envolve os negócios da água. Ofuscam a certeza que o problema é o seu acesso e que o problema da degradação da água potável ocorre devido às desordens ecológicas provocadas pelo próprio capital.

Esse discurso imposto pelo capital é lucrativo para as grandes corporações, basta observar que a comercialização *in natura* da água vem crescendo nas grandes empresas como a Nestlé, a Danone, a Coca-Cola e a Pepsi-Cola. Essas empresas não só transformaram a água em mercadoria, como também travam uma verdadeira guerra para

o domínio e controle de fontes d'água e dos mananciais subterrâneos. Esse processo de controle das fontes e das águas subterrâneas para venda *in natura* vem se manifestando na sociedade sem grandes alardes.

Nos municípios do entorno da Chapada do Araripe, a produção, a comercialização e a distribuição de água mineral engarrafada e bebidas gaseificadas estão em franca expansão. As marcas Cambará, Castelo, Cristalina dos Alpes e Serra Bela, com sede no Crato; e, São Geraldo, com sede em Juazeiro do Norte, possuem fontes próprias na região e disputam os mercados dos principais centros urbanos. Mas não é apenas a água para consumo que se tornou objeto de interesse empresarial. Na encosta da Chapada do Araripe, as fontes naturais que jorram água cristalina passaram a ser disputadas por diferentes setores da economia, é o caso, por exemplo, da indústria do lazer e do turismo que se manifesta como um importante agente no processo de apropriação desigual dos bens naturais do Araripe.

O consumo da paisagem

São os aspectos edafo-climáticos, proporcionados por processos geológicos e climáticos, que fizeram do Araripe um enclave úmido circundado pelo semiárido. A água, em sintropia com a geologia e a flora, se apresenta como um “oásis”, cuja representação é amplamente difundida pela mídia, expressando e valorizando os aspectos paradisíacos e exóticos que essas paisagens podem oferecer ao capital.

Esse fascínio pela paisagem revela mais um campo que se abre para a lógica de acumulação do capital. O consumo do lugar e da paisagem natural, através da sua exploração pelo turismo capitalista, foi se apropriando desses espaços como uma mercadoria. Os atrativos naturais das fontes de água cristalina, possuindo virtudes terapêuticas e curativas, penetraram no imaginário coletivo como objeto de consumo, seduzindo a população urbana para o consumo desses espaços. Na encosta da Chapada do Araripe, as águas das fontes viraram um desses objetos de desejo. O turismo se apropriou desse valor de uso, transformando a água em um produto do lazer que se vende e se compra. Foi nesse contexto que se expandiram inúmeros balneários, chácaras, casas de veraneio e clubes campestres, principalmente nos municípios de Crato e Barbalha.

A indústria do turismo na chapada transformou as águas das fontes e a beleza de suas paisagens em mercadorias que são vendidas para as classes de maior poder aquisitivo através das compras de ações que os tornam sócios desses espaços (Menezes, 2007). Esse consumo eminentemente seletivo, que exclui a maior parte da população local, desencadeou a formação de bairros para atender os grupos sociais abastados. Seduzidos pelo clima ameno, pelo lazer e pela prática de esporte, esses grupos renovam suas energias gastas na agitada e estressante vida urbana.

Essa segregação socioespacial também já é visível com o desenvolvimento do setor hoteleiro que, explorando a beleza paisagística do “pé-de-serra”⁶, foi se apropriando desses espaços tendo a natureza como principal elemento para a territorialização do capital. Essa indústria do turismo, no entanto, oculta os conflitos hidroterritoriais⁷ decorrentes da apropriação capitalista da água. Sem confrontar os velhos conflitos com os latifundiários, esses novos personagens forjam territorialidades próprias do capital que se chocam com as populações tradicionais que vivem e usam esses territórios. Para os camponeses dos “pés de serra”, os chamados “caboclos”, sobra o trabalho assalariado como caseiros, jardineiros ou garçons nos hotéis, clubes e balneários.

No distrito de Arajara, no município de Barbalha, foi construído na área de encosta da Chapada do Araripe um parque temático, ecológico e aquático chamado Arajara Park. Considerado o maior do Nordeste, ocupando uma área de 73 hectares, totalmente localizado dentro da área da APA Chapada do Araripe, exatamente na altimetria das fontes, a 760 metros. O parque idealizado por empresários da região foi inaugurado em 2002, com financiamento do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sob o discurso de que o empreendimento potencializaria o turismo de caráter empresarial como alternativa para o desenvolvimento regional.

Segundo Ribeiro (2002), fortes impactos ambientais e conflitos pelo uso da água ocorreram no distrito de Arajara a partir da construção do empreendimento: desmatamento da vegetação nativa, desterritorialização de camponeses, baixas indenizações, restrição de acesso da comunidade local às principais fontes de água, especulação e aumento do valor da terra, entre outros.

⁶ Para o senso comum a encosta da chapada do Araripe é chamada de pé de serra.

⁷ Para se aprofundar neste conceito ver Nobre (2021).

Duas das maiores fontes do distrito de Arajara foram expropriadas privadamente para o empreendimento: a Fonte do Farias (ou nascente Santo Antônio) e a Fonte do Céu. Ambas possuem entrada em uma caverna com aproximadamente 150 metros de extensão. São duas entradas com quatro condutos e algumas ramificações por onde parte da água é escoada superficialmente para o Riacho Água Suja, tributário do Rio Salamanca, um dos principais rios do município de Barbalha. A caverna, chamada pelos habitantes locais de Gruta do Farias ou Gruta Santo Antônio, representava um espaço de convívio social com uma forte relação identitária com a população local. Entrar em seu interior e tomar banho em suas águas cristalinas era uma prática secular para os camponeses do distrito de Arajara (Ribeiro, 2002).

Sem acesso às principais fontes de água, os camponeses tiveram uma redução drástica do fluxo de água das levadas que irrigavam o cultivo de subsistência. Na época que se iniciou a construção do Arajara Park, as lideranças locais e as associações de produtores rurais acionaram a promotoria pública para obter informações detalhadas sobre o empreendimento, demonstrando insatisfação por não terem sido consultados no processo de elaboração do projeto. No entanto, ao esboçar essa reação contrária ao empreendimento, os moradores foram manipulados por um poderoso discurso político de desenvolvimento, relacionado à geração de emprego e renda.

A construção da rodovia Crato-Arajara-Barbalha (CE 386), iniciada no mesmo período do Arajara Park, foi usada como instrumento de desmobilização dos moradores. O papel do Estado foi decisivo na agilidade para a liberação dos licenciamentos junto aos órgãos ambientais e no direito de outorga de uso das fontes. Após a construção do Arajara Park, ocorreu uma maior pressão e avanço na área de encosta. A dinâmica indústria do lazer vem transformando significativamente a paisagem do local com a substituição de pequenas áreas de cultivo de hortaliças por pequenos comércios como bodegas, bares, restaurantes com piscinas e bicas.

Grande parte desses equipamentos estão localizados nas proximidades do parque e atende principalmente a população de baixa renda que não tem condições financeiras para frequentar o Arajara Park. No que se refere ao abastecimento de água, essas transformações territoriais mudaram radicalmente o acesso à água que passou a ser realizada com a introdução de canos diretamente nas nascentes. O Arajara é hoje a

evidência de um paradoxo perverso que ocorre em muitas comunidades dos “pés de serra” do Cariri, que estão próximas as fontes e não têm acesso à água.

O caso do Arajara Park é ilustrativo no que se refere à apropriação privada da água para a indústria do turismo e do lazer na encosta da Chapada do Araripe. As fontes menores, escondidas no meio da mata e que ainda não se tornaram alvo de especulação do capital, são frequentadas pela população local e de baixa renda, além de aventureiros para práticas de trilhas e outros esportes alternativos.

Na encosta da Chapada, antes mesmo da indústria do turismo apropriar-se dessas áreas, a população local já utilizava as fontes e nascentes para atividades de lazer e recreação sem praticamente interferir no meio natural, exceto as bicas construídas com o caule da palmeira babaçu, abundante nessa área de encosta. Suas palhas eram usadas para a construção de palhoças improvisadas para garantir a privacidade dos banhistas (Ribeiro, 2002).

Mas os negócios da água, potencializados pela indústria do turismo e do lazer que eliminaram essas formas sociais de uso da água e os serviços ambientais que ela presta a toda a região, não são os únicos responsáveis pelos conflitos na área de encosta. Os tradicionais donos das terras e das águas ainda estão presentes na área da encosta da Chapada do Araripe. São herdeiros dos primeiros sesmeiros da região que cultivavam cana-de-açúcar para movimentar seus engenhos com o uso dessas águas. No entanto, alguns desses latifundiários que constituíam uma pequena oligarquia das águas das fontes venderam suas propriedades para empresários e industriais da região. Para as comunidades tradicionais que vivem nessas áreas, a substituição dos coronéis por empresários modernos piorou as condições de vida dessas populações.

Se os proprietários tradicionais admitiam algumas concessões às comunidades locais como a coleta de lenha, sementes e plantas em suas propriedades, os novos proprietários restringem até mesmo a passagem dessas populações por “veredas” que dão acesso às matas da chapada usando drones, cercas ou vigias. São novas versões das velhas ideologias colonialistas. É neste ambiente com paisagens belas e um agradável microclima, com fauna e flora exuberante, em uma paisagem natural formada por bicas, grutas, nascentes, trilhas e mirantes que a nova face do capital vai se apropriando. Não há como discutir o recrudescimento dos conflitos na encosta da Chapada do Araripe sem considerar a relação de classe entre esses sujeitos sociais e o processo de apropriação privada da natureza, além dos seus efeitos diretos na fauna e na flora.

O aumento do desmatamento e a degradação desses mananciais podem ser observados, por exemplo, pela ave conhecida como soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), importante indicador desse processo e que está criticamente ameaçada de extinção pela perda de seu habitat. Ave endêmica e dispersora de sementes florestais, o soldadinho-do-araripe tem como habitat a vegetação formada pela mata úmida das nascentes. A pressão imposta às nascentes e a retirada das plantas ao longo dos mananciais têm sido extremamente prejudiciais ao soldadinho-do-araripe, desequilibrando esse ciclo de troca entre fauna e flora.

A área urbanizada, expandindo-se na direção das cidades de Crato e Barbalha, contribui para a diminuição da qualidade ambiental e dos recursos hídricos na região do Cariri. A impermeabilização de grandes áreas, o descarte irregular de resíduos sólidos e o lançamento de efluentes comprometem as águas subterrâneas e os corpos hídricos superficiais que abastecem as três principais cidades da região do Cariri cearense. O processo caótico de urbanização das grandes e médias cidades é expressão evidente do caráter destrutivo do capital no meio ambiente urbano. Deveria, no mínimo, causar indignação o fato de que as cidades são projetadas para a valorização do capital, enquanto as pessoas são expropriadas e áreas de matas ou agrícolas são substituídas para o avanço da especulação imobiliária. Quando a natureza é capturada pelo poder econômico de forma privada, todo o sistema natural sofre uma série de disfunções irreversíveis.

Geração de energia “limpa”

Na parte sudeste do Araripe, região marcada por uma tríplice fronteira entre os estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, os ventos que sopram no platô da Chapada do Araripe vêm consolidando a área como um grande potencial para geração de energia eólica (Fotografia 2). Com a instalação de um complexo de torres de aerogeradores construídos através de um consórcio formado pela Contour Global, Casa dos Ventos e Chesf, a Chapada do Araripe vem se transformando em uma das áreas mais promissoras para geração de energia eólica do país. Desde 2009, a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., um dos maiores players de parques eólicos no país, se instalou na região e vem a cada ano expandindo sua produção. Os municípios de Marcolândia, Simões,

Padre Marcos e Caldeirão Grande, localizados no Piauí, bem como Araripina, situada em Pernambuco, representam os maiores potenciais para instalação das torres.

Fotografia 2 - Aerogeradores localizados nos limites entre os estados de Ceará e Piauí



Fonte: Autores, 2022.

As empresas estimam que os recursos eólicos oferecidos pela Chapada do Araripe vão transformar a região do Cariri em um dos maiores polos de geração da América Latina. Os ventos que sopram no topo do Araripe são considerados de velocidade média elevada, com aumento de sua potência durante a noite (Conectas, 2021). Em 2017 a Casa dos Ventos inaugurou o Complexo Ventos do Araripe III, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) instituição financeira vinculada ao grupo dos Brics, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Conectas, 2021).

Desde que foi implantado o empreendimento, tanto a iniciativa privada como o poder público, realizam uma poderosa propaganda de marketing através do discurso de geração de energia limpa associada à justiça social para as comunidades que vivem na Chapada do Araripe. Durante a instalação dos aerogeradores, foram gerados cerca de 1.500 empregos diretos, além de um grande aquecimento da economia local.

Os mais de 156 aerogeradores, com potência de 359 MW, produzem energia suficiente para o abastecimento de pelo menos 400 mil casas. Mais de 70 famílias foram

beneficiadas diretamente com o arrendamento de suas propriedades para instalação dos aerogeradores nos municípios de Araripina e Simões numa área de 10.200 hectares (Fotografia 2). Para as empresas as famílias são consideradas parceiras do projeto e que, ao todo, cerca de R\$ 5 milhões são pagos anualmente para o arrendamento das propriedades famílias (Conectas, 2021). Não há dúvidas de que a energia eólica é uma importante alternativa para a necessária e urgente transição da matriz energética fóssil para as energias renováveis. Entretanto, as chamadas energias “limpas” podem causar violações de direitos humanos nas comunidades, tal qual cometem as energias fósseis.

É preciso também lembrar os impactos geológicos e hidrológicos desses projetos, afetando sobretudo a capacidade de captação das águas das chuvas que alimentam os lençóis aquíferos subterrâneos (Freitas, 2016). Para além de uma perspectiva de energia limpa e renovável é necessário ter o cuidado na análise do território ao qual são instalados. A Chapada do Araripe, não é um espaço vazio, as populações que vivem há gerações neste ambiente confirmam que a instalação dos parques eólicos transformou profundamente a paisagem, gerando devastação ambiental e transtornos sociais.

Considerações finais

A apropriação privada da natureza, que conduz ao extermínio da biodiversidade planetária, bem como o desapossamento das comunidades tradicionais, têm suas raízes no sistema econômico capitalista. A Chapada do Araripe, situada no extremo sul do estado do Ceará, vem sendo progressivamente sitiada pelo capital por meio de diversos setores da economia, fortalecendo uma classe de detentores do capital com um caráter oligárquico, que se alia às tendências modernas da economia, como o neoliberalismo. É esse modelo ditado pelas leis do mercado que vai produzindo narrativas e criando discursos contraditórios entre abundância e escassez, preservação e degradação. Reitere-se que as políticas de gestão ambiental são parte fundamental dessa estrutura de poder, onde os negócios lucrativos oferecidos pela natureza, ditados por grandes empresas do capital global, utilizam-se do discurso da escassez em nome da população para esconder de fato a sua verdadeira preocupação que é a segurança econômica dos seus lucros.

É o discurso da escassez de água que produziu obras faraônicas como o CAC e o PISF. Na mesma linha discursiva, o consumo do lugar através da captura de paisagens

naturais são mercadorizadas a partir da dilapidação de áreas naturais das cidades que se transformaram em lugares barulhentos, poluídos, congestionados e caóticos. Assim, a ideia de desenvolvimento, associada ao moderno, à tecnologia e ao novo, acaba produzindo uma rejeição daquilo que o próprio desenvolvimento criou.

Desta forma, constatamos, empiricamente, que a ofensiva política e ideológica do processo de mercadorização e privatização da natureza se apresenta como uma solução para a grave crise civilizacional da nossa época. Na verdade, nota-se, que a captura da natureza para atender a lógica mercantil expressa-se em profundas implicações socioambientais, pois não há, neste caso, preocupação com o bem-estar da população, pois é assim que funciona o modo de produção capitalista, adequando os bens naturais para produção de lucro.

Referências

ACSELRAD, H. Pueblos y comunidades tradicionales, grandes empresas y estrategias de territorialización. **Mundos Plurales**: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública, v. 6, p. 47-61, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.17141/mundosplurales.2.2019.4245>

CARNEIRO, G. Mais de 300 hectares de caatinga e cerrado desmatados em Área de Proteção Ambiental na Chapada do Araripe. **Marco Zero Conteúdo**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/mais-de-300-hectares-de-caatinga-e-cerrado-desmatados-em-area-de-protecao-ambiental-na-chapada-do-araripe/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CASTRO, C. L. F. de. **A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – Ceará**. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2018.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

CONECTAS, direitos humanos: **Os “donos” dos ventos**: como a instalação de parques eólicos no sertão nordestino impacta comunidades tradicionais, 2021. Disponível em: <https://conectas.org/noticias/os-donos-dos-ventos-como-a-instalacao-de-parques-eolicos-no-sertao-nordestino-impacta-comunidades-tradicionais/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

DANTAS, J. C.; FELICIANO, C. A. Expansão capitalista e conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 49, p. 47–72, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT184967133>

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto avaliação hidrogeológica da bacia sedimentar do Araripe**. Recife: DNPM, 1996.

FREITAS, M. M. Avaliação de riscos geológicos no planejamento energético eólico no Rio Grande do Norte, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.15, n.1, p. 117-129, jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/MsrPdSds9yzFgGbh436f9JB/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anneblume, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção Capitalista. Livro 1, vol. 1. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

MENEZES, E. O. O Cariri cearense. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

NOBRE, F. W. **A redefinição espoliativa dos “caminhos das águas” e os conflitos hidroterritoriais no Cariri Cearense**. 2021. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/25001/1/FranciscoWlirianNobreTese.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2026.

QUINTELA, S. Sem concessão, modelo de operação deve ser chave à Transposição. **Diário do Nordeste**, 2020 [on-line]. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/sem-concessao-modelo-de-operacao-deve-ser-chave-a-transposicao-1.3017875>. Acesso em: 4 maio 2021.

RIBEIRO, A. C. **Conflito por água no Arajara Park**. TCC (Especialização). Programa de Especialização em Geografia e Meio Ambiente. Universidade Regional do Cariri – URCA: Crato, 2002.

Recebido em 12/04/2026.

Aceito para publicação em 17/07/2026.